

Comportamento e atitudes dos eleitores apartidários nas eleições presidenciais: o caso brasileiro

Behavior and attitudes of non-partisan voters in presidential elections: the Brazilian case

RAFAELLA LOPES MARTINS JAEGER

MARIA DO SOCORRO SOUZA BRAGA

GABRIEL ÁVILA CASALECCHI

RESUMO:

Este artigo tem como objetivo compreender o comportamento e as atitudes dos eleitores apartidários nas eleições presidenciais brasileiras. Para essa análise, segmenta-se o eleitorado segundo a teoria da mobilização cognitiva de Russell Dalton (2013), que cria quatro perfis eleitorais, entre os quais dois não partidários, a saber: apartidários (alta escolaridade e alto interesse por política) e independentes apolíticos (oposto ao anterior). Verifica-se se a mudança no padrão de voto afetou a quebra do padrão bipartidário PT-PSDB e se o perfil do independente apolítico é mais suscetível a apelos antidemocráticos e antissistêmicos. Conclui-se que a quebra do padrão PT-PSDB não foi uma ruptura inesperada: o voto do eleitor não partidário foi importante para o resultado da eleição de 2018 e, portanto, para a vitória de Jair Bolsonaro, sobretudo entre os independentes apolíticos. Além disso, foi demonstrado que o antipetismo teve forte influência no resultado entre os apartidários.

Palavras-chave: Apartidarismo; Eleições presidenciais; Comportamento político.

ABSTRACT:

This article analyzes the impact of non-partisan voters' preferences throughout the presidential elections, observing behavioral and attitudinal aspects. The electorate is segmented according to Russell Dalton's theory of cognitive mobilization (2013), which creates four electoral profiles, including two non-partisan, namely: non-partisan (high schooling and high interest in politics) and apolitical independent (opposed to previous). It is verified whether the change in the voting pattern affected the breaking of the PT-PSDB bipartisan pattern and whether the profile

of the apolitical independent is more susceptible to anti-democratic and anti-systemic appeals. It is concluded that the break in the PT-PSDB pattern was not an unexpected rupture: the non-partisan voter vote was important for the result of the 2018 election and, therefore, for the victory of Jair Bolsonaro, especially among apolitical independents. In addition, it was demonstrated that anti-PTism had a strong influence on the result among non-partisans.

Key words: Non-partisanship; Presidential elections; Political behavior.

INTRODUÇÃO

A eleição presidencial de 2018 marcou o fim do ciclo político-eleitoral iniciado em 1994 de disputas nacionais¹ entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB). Desde então, compreender as razões deste fenômeno se tornou uma importante agenda de pesquisa na Ciência Política. Este artigo é uma contribuição a essa agenda a partir de um recorte específico: os eleitores não partidários.

De acordo com Borba, Ribeiro e Gimenes (2015), 70% dos eleitores brasileiros não se identificam com partidos políticos. Trata-se de uma parcela expressiva e, ao mesmo tempo, decisiva do eleitorado -- afinal, sem ela nenhum candidato conseguiria se eleger. Diante disso, acreditamos ser importante compreender melhor esse perfil: em quem esse eleitorado vem votando? O que esse eleitor pensa sobre o voto? Qual a influência do antipetismo nesta escolha?

Para avançar nessas questões, adotamos como principal arcabouço teórico a teoria da mobilização cognitiva de Dalton (2013) e a sua tipologia dos eleitores não partidários. Do ponto de vista empírico, utilizamos o banco de dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) com as ondas de 2002, 2014 e 2018. Estes dados foram testados a partir da aplicação da técnica estatística de regressão logística multivariada.

O artigo é estruturado em cinco seções. Além dessa introdutória, na próxima seção se discute o referencial teórico, compreendendo as literaturas referentes ao declínio do partidarismo e as manifestações não partidárias, os debates sobre o processo de tomada de decisão do voto e a teoria da mobilização cognitiva. Em seguida, apresentam-se aspectos

¹ Resultado das eleições: 1994, em turno único, garantindo a vitória de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) com 54,24% dos votos e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com 27,07% dos votos válidos; 1998, eleição de dois turnos, reeleição de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) com 53,06% e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com 31,71%; 2002, eleição de dois turnos, vitória do Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com 61,27% dos votos e em segundo colocado, José Serra (PSDB) com 38,73%; 2006, eleição de dois turnos, reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com 60,83% e Geraldo Alckmin (PSDB) com 39,17%; 2010, eleição de dois turnos, Dilma Rousseff (PT) 53,05% e José Serra (PSDB) 43,95%; 2014, eleição de dois turnos, reeleição da Dilma Rousseff (PT) 51,64% e Aécio Neves (PSDB) 48,36%; 2018, eleição de dois turnos, Jair Bolsonaro (PSL) 55,13% e Fernando Haddad (PT) 44,87%. No referido pleito, o PSDB com Geraldo Alckmin ficou em quarto lugar com 4,76% no primeiro turno.

do desenho da pesquisa que embasa esse artigo. Depois, disserta-se sobre os resultados, apresentados em três subseções: i) análise da evolução dos perfis de mobilização cognitiva ao longo dos anos investigados, ii) análise comportamental de caráter longitudinal (2002, 2014 e 2018) e iii) análise atitudinal com foco na eleição de 2018. Por fim, tecem-se as considerações finais.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Declínio do partidarismo e manifestações não partidárias: partidarismo negativo, antipartidarismo e apartidarismo

Em uma perspectiva cronológica cabe resgatar de forma sinóptica os estudos da Escola de Michigan, que, mesmo trabalhando com a identificação partidária e apresentando diagnósticos positivos sobre os partidos, já sinalizava, em 1960, a existência de sentimentos de origem contrária aos mesmos². Naquele período, tais nomenclaturas eram: o partidarismo, relacionado a pessoas que mantinham laços partidários; o partidarismo negativo, voltado àqueles que expressavam sentimentos avessos aos partidos; e os alienados, que não teriam sentimentos positivos nem negativos aos partidos, estando simplesmente afastados da política.

Estudos recentes têm classificado os eleitores sem vínculos partidários em três tipos, a saber: antipartidários específicos, antipartidários generalizados e apartidários. O primeiro segmento seria formado por eleitores que rejeitam algum partido em específico, como, por exemplo, os antipetistas, que podem não gostar do PT, mas podem gostar de outra legenda. O segundo rejeita os partidos de forma generalizada, independentemente de quais sejam. Já o terceiro não tem afinidade com nenhum partido, mas nem por isso rejeita essa organização -- simplesmente não se enxerga como representado por nenhum deles. Eleitores desse perfil podem, por exemplo, em uma pauta concordar com o PT, mas em outro tema concordar com o PSDB.

Ao se tratar dos dois primeiros segmentos, pode-se dizer que, apesar de grande parte das análises de antipartidarismo estarem voltadas ao PT, estudos mais recentes têm complexificado as mensurações sobre o tema. Fuks, Ribeiro e Borba (2018) e Fuks, Ribeiro e Borba (2019) inovam o campo ao proporem diferentes classificações para pensar o

² Na literatura da época, Campbell et al (1960) já evidenciavam isso em seus trabalhos. Em uma literatura mais recente, Dassonneville e Hooghe (2016) fazem uma revisão sobre as dimensões divergentes do desalinhamento eleitoral na Europa.

sentimento negativo aos partidos, a saber: no primeiro, não antipartidários, antipartidário moderado, antipartidário polarizado, antipartidário generalizado e antipartidário antissistema; e o segundo, expõe duas formas de analisar este segmento, uma com foco no partido petista e outra não³.

Já os apartidários, alvo desta pesquisa, são considerados de forma geral como eleitores sem apego partidário. Com relação a esse segmento, a literatura clássica apresentava menor preocupação, fato que vem sendo transformado pela literatura mais moderna. Analisando a realidade brasileira, Samuels e Zucco (2019) apontam que uma parcela significativa desse segmento também apresenta ligações partidárias negativas. Ou seja, não se trata apenas de eleitores sem vínculos partidários, mas que também rejeitam especificamente um ou mais partidos políticos. Rennó (2020) corrobora apontando que o eleitor sem partido não é alienado no sentido de se afastar da política, mas ele tem sentimentos negativos aos partidos, principalmente em relação ao PT.

Dalton (2013) argumenta, considerando o contexto estadunidense, que os apartidários são formados por elevada mobilização cognitiva, alta escolaridade e alto interesse por política. O autor também introduz, para aquele contexto, outro tipo de eleitor sem vínculo com os partidos políticos, referido como independente apolítico — formado por características opostas às dos apartidários. Este grupo reuniria, segundo ele, aspectos mais perigosos para a democracia, em função de ser constituído por eleitores apáticos e que expressam aversão à política. Nesses termos, Borba, Ribeiro e Gimenes (2015) identificam que a maioria do eleitorado brasileiro se enquadra dentro desses dois perfis de não partidarismo e, entre eles, a maior parte no segundo grupo (independente apolítico). Em análise mais geral, Gimenes (2017) aponta que o mesmo acontece na América Latina.

Após o breve resgate histórico e conceitual, é possível compreender que o debate sobre o eleitor não partidário é realizado de longa data e vem sendo pensado em sua complexidade. Apesar de menos enfatizados em comparação com o partidarismo, os estudos referentes a esse segmento do eleitorado fazem parte da literatura nacional há muitos anos⁴.

³ Fuks, Ribeiro e Borba (2019) formulam tais classificações para os “anti-PT”: Antipetista intolerante, Antipetista tolerante, Antipartidário generalizado intolerante e Antipartidário generalizado tolerante. Já sem o foco no partido petista, os autores segmentam da seguinte maneira: Antipartidário restrito intolerante, Antipartidário restrito tolerante, Antipartidário generalizado intolerante e Antipartidário generalizado tolerante.

⁴ Maria do Carmo Campelo de Souza (1976, p. 65), em seus estudos sobre as elites políticas, apontou que entre os anos de 1930 e 1945 já existia a ideia de antipartido, apoiada em parte “no caráter coercitivo e solidário dos grupos políticos, então vistos como elemento de desagregação e como aceleradores da luta de classes”. Além disso, a autora apontou a “incapacidade das elites políticas brasileiras de se

De forma geral, tais estudos se intensificaram no final dos anos 1990 na Europa (POGUNTKE e SCARROW, 1996; ROSE e MISHLER, 1998; CARUANA, MCGREGOR e STEPHENSON, 2015; MEDEIROS E NOEL, 2014), na América Latina (GIMENES, 2015; 2017; DIAS, 2018; BORBA, RIBEIRO, GIMENES e CASALECCHI, 2018; e GIMENES e BORBA, 2020) e no Brasil (ALMEIDA, 1996; CARREIRÃO e KINZO, 2004; CARREIRÃO, 2007a; 2007b; 2008; SAMUELS, 2008; NEVES, 2012; BORBA, RIBEIRO e GIMENES, 2015; PAIVA, KRAUSE e LAMEIRÃO, 2016; RIBEIRO, CARREIRÃO e BORBA, 2011, 2016; e SAMUELS e ZUCCO, 2019).

A seguir, direciona-se o foco deste artigo para o processo de tomada de decisão do voto, apresentando parte da tradição intelectual da escola de Michigan, segundo a qual as predisposições psicológicas do indivíduo são importantes, especialmente a identificação (ou não) com partidos políticos.

1.2 Processo de tomada de decisão do voto

A literatura clássica do tema aponta que foi por intermédio da identificação partidária que estes eleitores começaram a se conectar com o mundo político. Campbell, Converse, Miller e Stokes (1960) indicaram que os partidos atuam como atalhos para o mundo político. Ademais, a identificação partidária exerce influência na orientação para o voto, estimulando a participação e garantindo a estabilidade do sistema partidário. Contudo, esses estudos já indicavam limitações a estes benefícios. Nas palavras dos autores (1960, p. 133):

A identificação partidária levanta uma tela perceptiva através da qual o indivíduo tende a ver o que é favorável à sua orientação partidária. Quanto mais forte for o vínculo partidário, mais exagerado será o processo de seleção e distorção perceptiva.⁵

Posteriormente, outros autores reforçam estas relações. Este é o caso de Dalton (2000, p. 20), que, apesar de mostrar a identificação partidária como o elemento “mais importante na pesquisa moderna de comportamento eleitoral⁶”, percebeu que para a maioria dos partidários fortes a eleição praticamente acabou antes de começar (DALTON,

conduzirem partidariamente” e “seu instinto personalista e clientelístico, traço a um só tempo adquirido e atávico de sua formação histórica”.

⁵ Tradução livre de “Identification with a party raises a perceptual screen through which the individual tends to see what is favorable to his partisan orientation. The stronger the party bond, the more exaggerated the process of selection and perceptual distortion will be.” (CAMPBELL, CONVERSE, MILLER e STOKES, 1960, p. 133).

⁶ Tradução livre de “strong case can be made that the concept of partisan identification is the most important development in modern electoral behavior research” (DALTON, 2000, p. 20)

2008). É um fato que decorre de estes entrarem na competição com sua decisão tomada. Entretanto, o autor também aponta que isso não significa que a mudança eleitoral não ocorra, mas sim que a maior parte da mudança vem dos não partidários e daqueles com laços partidários fracos — especialmente os não partidários sofisticados.

Dalton (2008) também define que os eleitores apertidários decidem mais tarde em uma campanha, votam com base em questões mais complexas e são mais prováveis de variar seu voto entre as eleições conforme mudanças conjunturais. Isso contrasta com o que ele chamou de partidários fortes, que votam regularmente em seu partido, independentemente dos candidatos ou de suas políticas. Em sua visão, partidários sofisticados podem, na verdade, reunir mais fatores para apoiar suas predisposições, enquanto partidários menos sofisticados seguem ritualmente suas lealdades partidárias. Mais recentemente, nas palavras Dalton (2020, p. 5):

Em vez de as pessoas ajustarem seu partidarismo em reação para um novo aprendizado, como no modelo de contagem contínua de identificação partidária, o raciocínio motivado pode levar muitas pessoas a ajustar os fatos para coincidir com suas lealdades partidárias anteriores — especialmente entre partidários fortes⁷.

De acordo com o autor, essa discussão sobre partidarismo na literatura internacional apresenta duas abordagens: i) heurísticas, que reforçam os sentimentos de identificação partidária, contribuindo positivamente para a responsabilidade na orientação das escolhas dos eleitores e representação democrática; e ii) outras mais preocupadas com questões cognitivas, que apontam limitações e potenciais negativos do conceito.

E é seguindo essa segunda abordagem que Dalton (2008; 2013; 2020) dialoga com a teoria pós-materialista, em especial com os estudos de Inglehart (1977; 1990) e da cidadania crítica de Norris (1999; 2007; 2011), que compreendem o fenômeno de enfraquecimento dos laços partidários como um sinal de aumento da qualidade da democracia.

De forma geral, segundo Dalton (2020), as últimas décadas foram marcadas por mudanças sociais e políticas em sociedades industriais, que impactam a construção de habilidades políticas. Isso decorre do fato de que a oferta e variedade de informações são quase ilimitadas. A maneira de fazer política se modificou, reestruturando o papel dos atores sociais envolvidos, sobretudo a partir da inclusão dos meios de comunicação nas

⁷ Tradução livre de “Instead of people adjusting their partisanship in reaction to new learning, as in the running tally model of party ID, motivated reasoning may lead many people to adjust the facts to match their prior partisan loyalties — especially among strong party identifiers.” (DALTON, 2020, p. 5).

campanhas eleitorais. O declínio da identificação partidária e o da participação em partidos políticos também passam a ser considerados como fatores explicativos.

Em seguida, apresenta-se a teoria de mobilização cognitiva criada pelo referido autor, que orienta a segmentação do eleitorado aqui adotada.

1.3 Teoria da mobilização cognitiva

Em “The apartisan American”, Dalton (2013, p.13) apontou para uma alteração na natureza da política contemporânea responsável por produzir o que ele chamou de desalinhamento partidário, que seria “um padrão persistente de enfraquecimento das adesões do público aos partidos políticos⁸”. Segundo o autor, trata-se de um fenômeno que não é negativo à democracia, uma vez que os eleitores estariam buscando outras formas de mobilização política, mais horizontalizadas e menos onerosas.

Assim, o autor defende que para entender o afastamento dos indivíduos com relação aos partidos políticos precisa-se ir além das questões estruturais que envolvem a organização dessas instituições e sua relação com o Estado. Seria necessário, sobretudo, considerar fatores externos, como o aumento do refinamento cognitivo dos eleitores, fato que já vinha sendo enfatizado por autores como Mair (2003).

Para tratar dessa reorganização, Dalton (2013) apresenta uma classificação que tipifica os diferentes perfis do eleitorado a partir da combinação de dois indicadores: mobilização cognitiva e simpatia partidária (INGLEHART, 1977). Conforme essa classificação, o primeiro indicador (mobilização cognitiva) seria a combinação das variáveis escolaridade e interesse por política (NORRIS, 1999 e DALTON, 1999). De acordo com o autor, os cidadãos deveriam ser classificados a partir de suas capacidades cognitivas, ou seja, do seu conhecimento de política e da forma como conseguem fazer conexões e interpretações do que sabem.

De forma específica, organizando as variáveis citadas, Dalton (2013) tipificou o eleitorado em quatro perfis eleitorais:

Quadro 1 - Definição dos perfis de mobilização cognitiva.

Independentes apolíticos: Baixa mobilização cognitiva (baixa escolaridade e baixo interesse por política) e sem vínculo partidário	Indivíduos pouco sofisticados cognitivamente e que não nutrem simpatia por nenhum partido. São considerados pouco preocupados com as questões políticas, sendo difícil a previsibilidade do comparecimento e da
--	---

⁸ Citação livre de “a persistent pattern of weakening public adherence to political parties”.

	escolha eleitoral. São considerados menos apropriados para o funcionamento da democracia.
Partidários rituais: Baixa mobilização cognitiva (baixa escolaridade e baixo interesse por política) e com vínculo partidário	Indivíduos igualmente pouco sofisticados cognitivamente que, no entanto, são guiados pela identidade partidária. Na ausência de recursos cognitivos, apoiam o partido e o utilizam como atalho, sem competências para análises mais profundas sobre as informações políticas. Votam em seu partido.
Partidários cognitivos: Alta mobilização cognitiva (alta escolaridade e alto interesse por política) e com vínculo partidário	Indivíduos mais sofisticados e vinculados a partidos políticos. Sua participação nas referidas instituições se deve ao seu refinamento político, ou, nos termos de Dalton (2013), à sua cognição. Trata-se de eleitores que avaliam o desempenho da política e que tomam suas decisões a partir disso.
Apartidários: Alta mobilização cognitiva (alta escolaridade e alto interesse por política) e sem vínculo partidário	Indivíduos que possuem alto refinamento cognitivo e que não possuem rótulos partidários. Orientam sua atuação política por meio de suas competências, fazendo sua avaliação e escolha de seus candidatos independentemente dos partidos. São considerados mais apropriados para o funcionamento da democracia.

Fonte: Elaboração dos autores com base em Dalton (2013).

A partir disso, Dalton (2013) investiga os eleitores norte-americanos e em parte da Europa e conclui ser possível pensar os indivíduos por meio da classificação apresentada. Para além, seus resultados apontam que, entre os dois perfis verificados como não partidários, a maior parte seria composta pelos apartidários — indivíduos com alta mobilização cognitiva.

Em sua empreitada, o autor atualiza a literatura americana sobre o eleitor apartidário, contrapondo-se à teoria consensual de que os indivíduos não partidários seriam pessoas apáticas à vida política. Pelo contrário, existem apartidários plenamente conscientes e participativos e que, portanto, seriam apartidários por opção política.

Para Dalton (2013), a mobilização cognitiva é o principal fator explicativo para o engajamento político, e esta variável — combinada com a escala de racionalidade referente ao envolvimento dos partidos — ajuda a inferir que o perfil do apartidário pertence aos

eleitores mais ativos politicamente⁹. Reforça-se, assim, a teoria de que os cidadãos instruídos são mais ativos e mais informados politicamente (ALMOND e VERBA¹⁰, 1989).

Assim, segundo o autor, o aumento do apartidarismo fortalece o regime democrático, já que essa expansão é majoritariamente da parcela formada por alta mobilização cognitiva, sendo esses eleitores aqueles que apresentam maior apreço aos valores democráticos e, portanto, maior adesão ao regime.

Contudo, essa discussão precisa ser ponderada quando se trata de países cuja democracia ainda está em desenvolvimento. É o que mostram Borba, Ribeiro e Gimenes (2015) ao aplicarem a mesma teoria ao caso brasileiro. Seus resultados corroboram a tese de que existam dois tipos de eleitores sem identificação partidária, mas apresentam discordância quanto ao perfil preponderante: no Brasil, os independentes apolíticos seriam maioria do eleitorado¹¹. Tal perfil se caracteriza por baixa mobilização cognitiva e, por consequência, representa maior risco ao regime democrático. Em segundo lugar viriam os partidários rituais, também marcados por baixo nível de mobilização cognitiva — dados que apontam a necessidade de investigar mais a fundo este grupo e justificam a realização deste artigo.

Na seção seguinte apresentam-se brevemente os aspectos metodológicos, como o desenho de pesquisa, hipóteses e modelos estatísticos utilizados.

2. ASPECTOS DA METODOLOGIA

Com o objetivo de verificar a atuação dos eleitores não partidários nas eleições presidenciais, sobretudo dos independentes apolíticos, busca-se identificar seu comportamento através de alguns aspectos do voto e suas atitudes quanto às questões referentes à tomada de decisão na eleição de 2018. Além disso, apresentam-se detalhadamente as variáveis utilizadas na teoria de mobilização cognitiva de Dalton (2013), a saber: escolaridade, interesse por política e simpatia partidária.

⁹ Seguido dos partidários cognitivos, dos partidários rituais, e, por último, dos independentes apolíticos.

¹⁰ Para os autores, que também apresentam uma categorização dos tipos de eleitor, o perfil “partidários abertos” (composto por um grupo envolvido com o jogo político eleitoral sem estar ligado a um partido específico) seria mais favorável à democracia por reduzir a hostilidade entre as legendas e opositores (ALMOND e VERBA, 1989, p 114).

¹¹ Representando quase 70% do eleitorado nacional (somado os apartidários com os independentes apolíticos). Dado que não apresentou mudanças significativas na atualização realizada por Faeti, Gimenes e Rocha (2021).

Dois aspectos justificam a análise a partir dessa tipologia (DALTON, 2013). O primeiro se refere a um dos objetivos do estudo — não contemplado por Borba, Ribeiro e Gimenes (2015) —, que é verificar o comportamento eleitoral a partir de aspectos do voto desses eleitores de 2002 a 2018 e sua relevância para a quebra do padrão PT-PSDB no pleito de 2018. Já o segundo investiga as atitudes dos independentes apolíticos a partir do voto em Jair Bolsonaro — isso porque, como sinalizado pelos autores, esses eleitores são maioria no eleitorado nacional e apresentam menor apreço pelos valores democráticos.

Para realização deste artigo utilizaram-se três das cinco rodadas do banco de dados do Estudo Eleitoral Brasileiro - Eseb, sendo estas de 2002, 2014 e 2018. Tais amostras compreendem, respectivamente, os seguintes números de observações 1.719, 2.159 e 2.506. Com relação à rodada mais recente, temos informações mais detalhadas da seleção da amostra que ocorreu em três etapas: através do método probabilístico (Probabilidade Proporcional ao Tamanho - PPT), em seguida pela seleção de setores censitários e, finalmente, seleção de respondentes de acordo com cotas de sexo, idade, grau de escolaridade, ramo de atividade e número de banheiros no domicílio, proporcionalmente aos dados observados pelo IBGE¹², PNAD¹³ e TSE¹⁴.

A escolha dos anos de forma a validar a pesquisa é justificada em dois pontos. O primeiro, pelo contexto de cada pleito, a saber: o ano de 2002 marcou a primeira vitória do PT entre suas disputas com o PSDB desde 1994; em 2014, ocorreu a quarta vitória, com redução do apoio eleitoral e perda da maioria no Legislativo, o que foi considerado um sinal de alerta¹⁵; e, em 2018, a eleição destacou-se pela vitória antissistêmica de Jair Bolsonaro. O segundo ponto, por apresentar variáveis necessárias para rodar os modelos, justificando a falta dos anos de 2006 e 2010 pela ausência da variável interesse por política, necessária para a predição dos modelos da teoria de mobilização cognitiva.

Para elaboração de tal desenho de pesquisa, utilizou-se como método para a mobilização destes dados a técnica estatística de regressão logística multivariada com auxílio do software estatístico chamado Stata.

Desta forma, a análise foi dividida em três momentos, a saber: i) análise da mobilização cognitiva; ii) análise comportamental, referente aos anos eleitorais de 2002,

¹² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

¹³ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

¹⁴ Tribunal Superior Eleitoral.

¹⁵ Fato que desencadeou no processo de impeachment que foi disparado pela ausência de um presidencialismo de coalizão que garantisse uma base de apoio para Dilma Rousseff - PT.

2014 e 2018; e iii) análise atitudinal da eleição presidencial de 2018. A seguir se mostra quais variáveis foram selecionadas e como estas foram mobilizadas no banco de dados.

Para a primeira etapa, a fim de analisar o eleitorado a partir da tipologia de mobilização cognitiva, verificou-se de forma descritiva o impacto das variáveis escolaridade, interesse por política e simpatia partidária, que compõem a categorização proposta na segmentação do eleitorado nacional, nos termos de Dalton (2013), ao longo dos anos investigados.

Na segunda etapa, selecionou-se como variável dependente o voto e como variáveis independentes aspectos relacionados à primeira, como eficácia de voto, antipetismo e a tipologia de mobilização cognitiva (apartidário, partidário ritual, partidário cognitivo e independente apolítico). Além dessas, acrescentaram-se indicadores de controle, a saber: etnia, idade, sexo e religião. Isso possibilitou a elaboração de um modelo de regressão referente a cada ano analisado — respectivamente 2002, 2014 e 2018.

Com relação à última categoria de variáveis apresentadas e, portanto, sobre quem seriam esses eleitores, conforme apontado por Borba, Ribeiro e Gimenes (2015), os atributos sociodemográficos são pouco explicativos para diferenciação dos perfis analisados. Contudo, os autores apontam que ser branco aumenta a chance de o eleitor ser apartidário. Nesta linha, na atualização do trabalho, Faeti, Gimenes e Rocha (2021) indicam que minorias étnicas se concentram no perfil dos independentes apolíticos; e brancos e mulheres tenderiam a compor o perfil dos apartidários.

Já para a terceira etapa, selecionou-se o voto em Bolsonaro como variável dependente e algumas variáveis independentes que também tangem aspectos: i) do voto, sendo estas: confiança nas eleições, possibilidade de voto em Lula e possibilidade de não ter votado se o voto não fosse obrigatório; ii) da democracia, como: acreditar que este seja o melhor ou pior regime, sua possibilidade de sua existência ou não sem o auxílio dos partidos políticos e do Congresso Nacional; e iii) ideologia, verificando-se adesão à esquerda ou à direita.

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1 *Análise da mobilização cognitiva*

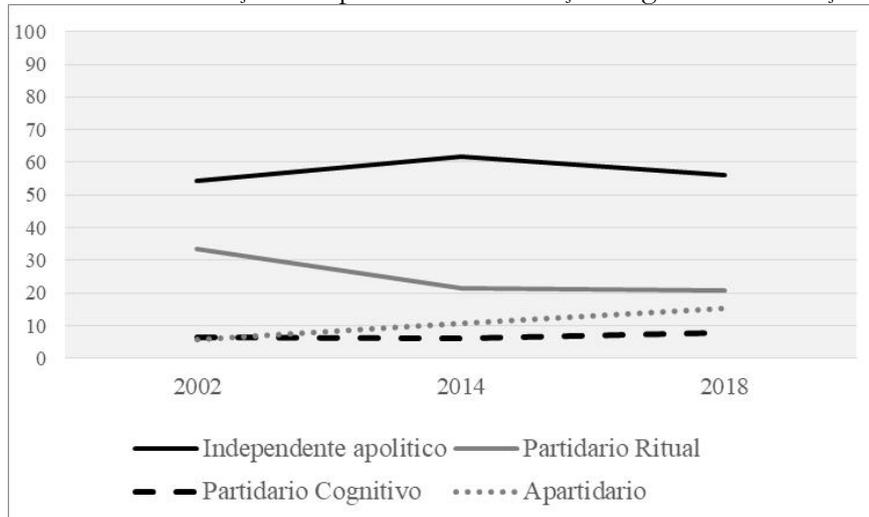
As categorias utilizadas para a elaboração dos perfis cognitivos, seguindo Dalton (2013), são: *mobilização cognitiva* (escolaridade e interesse por política) e *simpatia partidária*. As mesmas foram demonstradas separadamente e de forma descritiva no trabalho de Jaeger

(2022). Com relação à escolaridade a autora revelou um aumento constante, e quanto ao interesse por política um aumento não linear, variando conforme o contexto. Tais resultados revelam, no tocante à mobilização cognitiva, que se pode apontar um aumento geral da categoria no Brasil, ainda que os perfis de menor mobilização se mantenham em níveis superiores. Pertinente à simpatia partidária, a autora reitera com dados empíricos a queda progressiva apontada pela literatura apresentada.

Acerca desse último resultado, pondera-se uma diferença importante que contribuiu para a contraposição da realidade encontrada por Dalton (2013) nos EUA e Borba, Ribeiro e Gimenes (2015) no Brasil. Enquanto o autor principal da tipologia encontra-se em um cenário de forte partidarização com um dos dois partidos, os demais autores analisam um cenário em que a socialização política não ocorre vinculada a uma sigla. Consequentemente, o apartidarismo apresenta efeitos distintos, que serão analisados no presente artigo com maior profundidade.

O gráfico 1 mostra o impacto do conjunto dessas variáveis na evolução dos perfis de mobilização cognitiva ao longo das eleições.

Gráfico 1 - Evolução dos perfis de mobilização cognitiva nas eleições



Fonte: Jaeger (2022, p. 66).

Tais resultados revelam a evolução dos perfis¹⁶, que apresentam a combinação das variáveis analisadas até aqui. Para tanto, foi constatado comparativamente um aumento entre os eleitores não partidários (apartidários e independentes apolíticos) do primeiro ao último ano analisado. Dentre estes, os apartidários apontaram um crescimento exponencial,

¹⁶ Resultados da evolução dos perfis e anos (2002, 2014 e 2018), respectivamente: Independentes apolíticos 54,3%, 61,7% e 56%; Partidários rituais 33,4%, 21,5% e 20,6%; Partidários cognitivos 6,5%, 6,0% e 7,9%; Apartidário 5,6%, 10,6% e 15,3%.

enquanto que os independentes apolíticos apresentaram variação na amostra, ainda que estes tenham se mantido em uma marca expressiva e preponderante com relação aos demais.

Em dados percentuais, os independentes apolíticos representaram 54,3%, 61,7% e 56% do eleitorado nos anos de 2002, 2014 e 2018, respectivamente. Com relação aos apartidários, estes subiram progressivamente de 5,6% para 10,6% e chegaram a 15,3%, nos mesmos anos, praticamente triplicando sua representatividade ao crescerem 9,7 pontos percentuais. Os independentes apolíticos tiveram um aumento de 7,4 pontos percentuais entre 2002 a 2014, e uma queda, em 2018, que representou um aumento final de apenas 2 pontos com relação à primeira eleição considerada.

Em termos gerais, os dados encontrados apresentaram aumento em todos os perfis, exceto para os partidários rituais, que expressaram queda progressiva ao longo dos anos investigados, totalizando menos 12,8%. Essa perda não foi compensada pelo aumento dos partidários cognitivos, que foi de apenas 1,4 ponto percentual da primeira à última eleição. Neste sentido, cabe destacar o efeito do declínio das taxas de simpatia partidária, combinando-se com um crescimento do número de apartidários e independentes apolíticos.

À vista disso, é possível sugerir que a escolaridade seja um fator de longa duração e o interesse por política e o partidarismo sejam fatores de curta duração. Logo, ainda que a escolaridade esteja aumentando, o fato de os independentes apolíticos serem o perfil predominante no país seria reflexo da combinação do desinteresse político e da alienação partidária.

3.2 Análise comportamental das eleições (2002, 2014 e 2018)

De acordo com o Pseudo R2, os modelos propostos buscaram explicar a variação do voto nas eleições verificadas em níveis percentuais, a saber, estes dão conta de: 13%, 10% e 29% das explicações, respectivamente, por ano. Abaixo apresentam-se os resultados referentes aos três anos analisados, abarcando aspectos como: voto no segundo turno, eficácia do voto, antipetismo, etnia, faixa etária, sexo e religião.

Tabela 1 - Determinantes comportamentais do voto no partido oposto ao PT no segundo turno das eleições presidenciais nos anos de 2002, 2014 e 2018

Voto no PT (odds Ratio / p > z)	2002		2014		2018	
Independentes apolíticos	<i>Referência</i>		<i>Referência</i>		<i>Referência</i>	
Partidário Ritual	.6415944	0.005	.743090	0.0071	.5593319	0.000
Partidário Cognitivo	.6842891	0.106	.7893742	0.253	.5311064	0.006
Apartidário	1.283871	0.293	1.422746	0.045	.7183363	0.081
Eficácia do voto	.7510706	0.044	.7195069	0.068	1.328235	0.095
Antipetismo	10.27772	0.000	5.202676	0.000	23.18763	0.000
Etnia (não branco)	1.070984	0.099	1.703645	0.000	.981869	0.454
Faixa de Idade (16 a 24)	<i>Referência</i>		<i>Referência</i>		<i>Referência</i>	
Faixa de Idade (25 a 34)	.9840528	0.925	1.49787	0.481	1.541745	0.035
Faixa de Idade (35 a 42)	.8665469	0.421	1.189696	0.760	1.055683	0.797
Faixa de Idade (44 a 54)	1.133344	0.478	1.133502	0.832	1.483479	0.068
Faixa de Idade (55 ou mais)	1.320879	0.185	1.1349101	0.601	1.338698	0.165
Sexo (mulher)	1.070984	0.099	1.703645	0.000	.981869	0.454
Religião (Católicos)	<i>Referência</i>		<i>Referência</i>		<i>Referência</i>	
Religião (Evangélicos)	1.186846	0.289	1.516307	0.000	2.440119	0.000
Religião (Ateus/Outras religiões)	.722597	0.069	1.669029	0.005	1.310708	0.144

Fonte: Elaboração dos autores com dados do ESEB 2002, 2014 e 2018.

Em análise à tipologia utilizada, foi demonstrado que, na eleição de 2002, ser partidário ritual diminui a chance de voto no PSDB em relação à categoria de referência, que são os independentes apolíticos, com resultados estatisticamente significativos (p-valor=0,005). O dado disponível evidencia que o PT é o partido que mobiliza o maior número entre os partidários e seriam os rituais que, como o próprio nome diz, seguem mais ritualmente as decisões estabelecidas pelo partido.

Sobre a compreensão da importância do voto, verificou-se que quanto maior o índice de eficácia, menor a chance de voto no PSDB e, portanto, maiores as chances de que estes eleitores optem pelo PT. Quanto ao fenômeno do antipetismo, os dados encontrados

indicaram que ser antipetista eleva dez vezes a chance de voto no partido tucano. Trata-se de número expressivo em se tratando de uma eleição que conseguiu amplo apoio para o partido, demonstrando que os petistas tiveram relevância no voto favorável e não favorável à legenda.

Com relação às variáveis sociodemográficas utilizadas para controle, apenas etnia e religião demonstram significância estatística. A primeira apontou que ser branco aumenta a chance de voto no PSDB em comparação com a categoria de referência, os eleitores não brancos. E a segunda indicou que os ateus/outras religiões tinham mais chance de não votar no PSDB.

Na eleição de 2014, o modelo de regressão demonstra o mesmo padrão visto em 2002, com a diferença de que para esse ano existe uma distinção estatisticamente significativa entre ser partidário e independente apolítico. Assim, verificou-se que entre os eleitores sem vínculos partidários, seriam os partidários que teriam mais chances de votar nos tucanos.

Ao analisar a eficácia do voto, foi demonstrado o mesmo padrão do modelo anterior, apontando que acreditar na importância do seu voto aumentava a chance de voto no PT. Em análise ao antipetismo, foi verificada uma queda pela metade, apontando que ser antipetista aumentava em apenas cinco vezes as chances de voto nos tucanos, o que pode explicar, ao menos em parte, o acirramento da disputa. Além disso, o fato de essa variável ter sido mais relevante na eleição anterior pode explicar, em alguma medida, a queda em relação à validação explicativa do modelo¹⁷.

Analisando as variáveis sociodemográficas, demonstrou-se significância estatística em etnia, sexo e religião. Na primeira, foi demonstrado o mesmo padrão da eleição anterior, no qual ser branco aumenta a chance de voto no PSDB, porém com uma maior significância estatística (P valor= 0.000). Na segunda, foi verificado que ser homem aumentava as chances de voto no PT quando comparado às mulheres. E, na terceira, verificou-se que, diferentemente do que foi visto em 2002, ser ateu/outras religiões passam a representar mais chances de voto no partido tucano do que no partido petista. No tocante aos evangélicos, eles passam a ter relevância estatística na análise a partir dessa eleição, na qual é apontado que pertencer a este grupo aumenta a chance de voto no PSDB.

Os resultados da eleição de 2018 expõem que a principal diferença está entre os partidários cognitivos e rituais, sendo que aqueles possuem maior chance de votar no PT se

¹⁷ Tendo diminuído de 15% para 10%.

comparados aos independentes apolíticos. A respeito dos apartidários, foi identificado que, ao se inserirem os controles estatísticos, esse perfil passou a ter menos chance de votar em Jair Bolsonaro do que o perfil com menor mobilização (independente apolítico)¹⁸. Esse dado revela uma quebra do padrão no qual os apartidários, até esta eleição, tinham mais chances de votar no partido oposto ao PT, visto também seu alto grau de adesão a apelos antipetistas. Contudo, outra ressalva importante com relação a esse dado diz respeito à mudança de antagonista do PT nas eleições presidenciais, com a saída do PSDB no segundo turno e a entrada do PSL, com Jair Bolsonaro. Isso porque essa mudança pode ser responsável por alterar o engajamento dos eleitores na referida eleição.

Somado a isso, contrariando achados dos anos anteriores, dados de 2018 indicam que quanto maior o entendimento da importância do seu voto, maiores são as chances de voto no PSL, partido oposto ao PT. Ainda que este dado apresente 9% de incerteza, tal fato pode contribuir para o debate sobre o voto em Jair Bolsonaro, em que mesmo sobre diversos aspectos que o colocavam como um candidato facilmente derrotado nas eleições¹⁹, os eleitores votaram no ex-capitão.

Verificando o antipetismo, foi observado um aumento expressivo: pertencer a esse grupo elevou em 23 vezes a chance de voto no PSL, superando todos os anos anteriores. Tal resultado também demonstra o quanto essa variável foi significativa para a vitória de Jair Bolsonaro, tendo sido o candidato que mais soube mobilizar essa pauta para ganho eleitoral. Além disso, acredita-se que esse ponto tenha sido relevante para aumentar a validação explicativa do modelo com relação aos anteriores²⁰.

Já as variáveis relacionadas a questões sociodemográficas apresentam significância estatística, com relação a faixa etária, sexo e religião. Na primeira, as faixas etárias referentes aos recortes de 25 a 34 e de 44 a 54 anos, com relação a nossa categoria de referência (que é de 16 a 24 anos), teriam mais chance de votar no PSL. Na segunda, foi verificado que ser homem aumentou as chances de voto em Jair Bolsonaro em relação às mulheres. Tal constatação vem sendo apontada por cientistas políticos como possível resultado da postura machista e misógina do até então candidato e sua proximidade a pautas mais

¹⁸ Tal resultado contradiz os dados descritivos da pesquisa que apontam uma leve diferença, porém existente, entre maior apoio dos apartidários a Bolsonaro (PSL) e só em seguida dos independentes apolíticos (JAEGER, 2022, p.72). Contudo, como se busca deixar claro, a divergência pode ser explicada pela inserção das variáveis de controle do modelo e pelo valor frágil da significância estatística (0,08).

¹⁹ Por fazer parte de um partido sem grande relevância, por ter pouco dinheiro de campanha e tempo de TV etc.

²⁰ Passando de 15% e 10% para 29%.

vinculadas aos homens²¹ (NICOLAU, 2020). Quanto à terceira, foi apontado que ser evangélico aumentou em duas vezes a chance de esse eleitor votar no PSL.

De forma geral os resultados encontrados apontam, com relação aos perfis, que ser partidário aumenta as chances de voto no PT, exceto entre os cognitivos, na eleição de 2002 e 2014, em que não foi demonstrada significância estatística (P valor= 0.10 e 0.25). Pensando a partir dos índices de filiação e simpatia partidária, podemos dizer que em todo o período analisado o PT era o partido com maior número de filiados e simpatizantes, ainda que com taxas voláteis. Esse dado nos aponta duas questões com relação à categorização de Dalton (2013): a primeira nos indica ser possível inferir que grande parte deste grupo (vistas as taxas de mobilização cognitiva) seja de menores recursos e que estes sigam mais ritualmente as decisões de sua legenda; a segunda indica ser possível reforçar a teoria de que os partidários cognitivos, ainda que tenham ligação aos partidos, nem sempre seguem as orientações, pois se mobilizam também através de seus recursos cognitivos.

Em perspectiva, dados gerais do antipetismo revelam que apesar do seu aumento significativo, este também sofre alterações de relevância em relação ao voto²². Neste caso, parece justo pensar que apesar do crescimento do fenômeno, até a última disputa ainda não havia ocorrido nenhum pleito que tivesse mobilizado tanto a pauta antipetista. Dito isso, é indispensável destacar sua relevância na última eleição considerada e, portanto, na vitória de Jair Bolsonaro. De modo geral, os resultados fortalecem a hipótese de que esta vem sendo uma variável relevante para se pensar o voto do eleitor brasileiro.

Na verificação das variáveis sociodemográficas, destacamos a religião, mais precisamente os evangélicos, que passam a ter mais significância estatística nos modelos de 2014 e 2018, apontando, respectivamente, ter mais chance de voto no PSDB e duas vezes mais no PSL. Esse ponto reflete o crescimento desse segmento religioso no Brasil e de sua força no cenário eleitoral. Não é foco desta pesquisa, mas, em vista da relevância da categoria, achamos necessário mencionar que estudos recentes têm se debruçado a entender melhor a relação entre religião e política a partir de uma análise dos evangélicos e da geografia do voto (SOUZA, 2015) e a lógica do voto evangélico no Brasil (CARNEIRO, 2017).

²¹ Como exemplo: interesses dos militares, flexibilização do porte de armas, uso de políticas duras de combate ao crime organizado, crítica à política de direitos humanos etc.

²² Visto que este representou dez (10) vezes mais de chance de voto no PSDB em 2002 cinco (5) vezes, em 2014, e chegando a sua maior marca de vinte e três (23) vezes mais chance de voto no PSL em 2018.

3.3 Análise atitudinal da eleição presidencial de 2018

Para a realização deste modelo de regressão foram analisadas 1.169 observações. De acordo com o Pseudo R2, o modelo explica 44% da variação do voto proposto na análise, percentual bastante significativo. Destacamos que esta categorização é eficiente para explicar as atitudes dos eleitores brasileiros. Isso porque a pesquisa apresentou significância em oito variáveis que compreendem a sua estrutura. Vejamos os resultados expressos na Tabela 2:

Tabela 2 - Determinantes atitudinais do voto em Jair Bolsonaro na eleição de 2018.

Voto em Bolsonaro	Odds Ratio	P > z
Independentes apolíticos	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>
Partidário Ritual	.6628161	0.055
Partidário Cognitivo	.44161405	0.010
Apartidário	.4051225	0.000
Confiança nas eleições	1.209402	0.293
Voto em Lula	.0319925	0.000
Voto obrigatório	1.513172	0.023
Ideologia (centro)	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>
Ideologia (esquerda)	.3367116	0.000
Ideologia (direita)	2.662759	0.000
Democracia é a melhor forma de governo	.3254057	0.000
Democracia sem partidos/sem congresso	1.133474	0.480
Decisão de voto (outras ações)	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>
Decisão de voto (redes sociais)	1.767627	0.115
Decisão de voto (Whatsapp)	3.147461	0.113

Fonte: Elaboração dos autores com dados do ESEB 2018.

Observando a tipologia de Dalton (2013) sobre alguns aspectos do voto, foi verificado que os três perfis (partidários rituais, cognitivos e apartidários) têm menos chance de votar em Jair Bolsonaro se comparados aos independentes apolíticos. Além disso, o modelo revelou também que os votantes do ex-capitão teriam menos chance de votar em Lula da Silva na eleição de 2018. E que esses eleitores têm mais chances de irem votar caso o voto não seja obrigatório.

Acerca das ações que ajudam na decisão de voto, apesar de o modelo apresentar uma tendência de que notícias pelas redes sociais aumentam a chance de voto em Jair Bolsonaro e que notícias no Whatsapp aumentam em três vezes a mesma decisão, apresenta baixa significância estatística (11% de incerteza). Esse fato provavelmente é justificado por se tratar de uma variável numericamente pouco explicativa na análise descritiva²³ dos dados.

Já quando analisados aspectos da democracia, observa-se que aqueles que votaram em Bolsonaro acreditam que em algumas situações a ditadura é melhor do que a democracia. Ademais, o modelo não demonstrou significância estatística em relação à confiança nas instituições e apoio a uma democracia sem partidos/congresso.

Por fim, observando a ideologia, o modelo indicou que ser de direita aumenta em duas vezes as chances de voto no ex-capitão no segundo turno e ser de esquerda diminui as chances de voto.

De forma geral, os resultados desta seção confirmam a teoria de mobilização cognitiva do Dalton (2013) sobre atitudes comuns entre cada um dos dois grupos de cognição, a saber: os de maior (partidários cognitivos e apartidários) e os de menor (partidários rituais e independentes apolíticos) mobilização cognitiva.

Assim, sobre o voto em Jair Bolsonaro, podemos dizer que o modelo indica: i) dentre os perfis, seriam os independentes apolíticos que teriam maiores chances de voto; ii) os votantes do ex-capitão tinham menos chance de votar no ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva; iii) seus eleitores tinham mais chances de irem votar mesmo que o voto não fosse obrigatório; iv) aqueles que votaram em Jair Bolsonaro acreditavam que em algumas situações a ditadura é melhor do que a democracia; e, por fim, v) ser de direita aumentava em duas vezes as chances de voto no ex-capitão.

²³ Dados retirados de Jaeger (2022) com relação aos perfis IA, PR, PC e A, na eleição de 2018, respectivamente: Decisão de voto (redes sociais) 4,94%, 0,46%, 22,03% e 11,29%; Decisão de voto (whatsapp) 1,71%, 6,90%, 3,95% e 2,58%; e Decisão de voto (outras ações) 93,35%, 92,64%, 71,01% e 86,13%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A democracia brasileira enfrenta, desde 2018, fortes pressões que abalaram seus alicerces institucionais, padrões de competição política e, ainda, comportamentos sociais e atitudinais. Diante deste quadro, motivados pelo estudo de Borba, Ribeiro e Gimenes (2015), procurou-se, neste artigo, verificar como aqueles segmentos do eleitorado mais insatisfeitos com o funcionamento da democracia partidária, tal como ela vinha se processando no contexto brasileiro, se comportaram nas eleições presidenciais.

Neste artigo identificamos aspectos eleitorais do comportamento e das atitudes dos eleitores não partidários, mas, sobretudo, dos independentes apolíticos. Para tal finalidade, utilizou-se a tipologia de mobilização cognitiva (DALTON, 2013) sob o banco de dados do Estudo Eleitoral Brasileiro nas ondas de 2002, 2014 e 2018.

Conforme os resultados encontrados, verificou-se que, na perspectiva da evolução dos perfis categorizados por Dalton (2013), são os independentes apolíticos que compõem a maior parte do eleitorado nacional em todos os anos verificados; e, entre os apartidários, os números têm apresentado um aumento progressivo²⁴.

Com relação às regressões multivariadas, destacou-se a investigação sobre o voto no segundo turno, no qual não foi demonstrada significância estatística no ano de 2002²⁵ (P valor = 0.29), mas que apontou, em 2014, que os apartidários teriam mais chances de votar no partido oposto ao PT nas eleições (P valor = 0.04) e menos chance de votar em Jair Bolsonaro, em 2018 (P valor = 0.08), em relação aos independentes apolíticos. Esse resultado instiga a realização de outras pesquisas que busquem compreender o impacto da mudança do antagonista do PT nas eleições para o engajamento dos eleitores.

Ademais, foram encontrados dados que corroboram as seguintes hipóteses: i) o voto do eleitor apartidário foi relevante para a quebra do padrão de competição bipartidário, visto que este seguia o padrão de voto até a eleição de 2018, embora tenha sido apontado que o apoio ao PT estivesse sofrendo uma queda; ii) este eleitor estava de fato acreditando mais no poder do seu voto, uma vez que estava votando em um candidato sem chance de êxito; iii) o fenômeno do antipetismo foi relevante para a escolha de voto

²⁴ Ao longo das eleições de 2002, 2014 e 2018 os independentes apolíticos marcaram 54,3%, 61,7% e 56% e os apartidários 5,6%, 10,6% e 15,3%, respectivamente.

²⁵ Neste ponto, cabe destacar que se tratou de uma eleição de desalinhamento nos termos de Key (1995), segundo Braga e Zolnerkevic (2020). O autor observou, em uma análise de eleições consecutivas, mudança no padrão de votação em relação às anteriores, apontando uma “brusca alteração da clivagem preexistente dentro do eleitorado” (p.4). Isso porque, como já visto, existia uma disputa entre PSDB e PT desde 1994, no qual o partido tucano obteve êxito nas duas primeiras e o partido petista reverteu esse quadro em 2002.

do eleitor sem partido na eleição de 2018; e iv) entre os perfis não partidários, seriam os independentes apolíticos que teriam mais chance de voto no ex-capitão.

Portanto, os resultados alcançados reiteram a relevância da pesquisa para o campo multidisciplinar da literatura de partidos, comportamento político e opinião pública. Acredita-se que os objetivos propostos, os dados apresentados e as hipóteses validadas contribuem com o preenchimento das lacunas existentes na literatura nacional que trata da relação entre os eleitores não partidários e a democracia.

Para além dos avanços, é preciso apontar que existe uma série de pontos a serem melhor abordados por pesquisas posteriores. Destaca-se a limitação referente ao banco de dados utilizado, à medida que este seja geral e não específico da pesquisa. Desta maneira, sugere-se que algumas perguntas específicas sobre o tema poderiam enriquecer a investigação. Contudo, tal fato não invalida o trabalho, pois se trata de uma amostra representativa do eleitorado nacional e que através da mobilização das variáveis e da técnica de pesquisa escolhida proporcionou os melhores resultados para responder aos objetivos. Por fim, salientamos uma análise contínua dos independentes apolíticos, perfil majoritário no eleitorado nacional e que, por conta da sua imprevisibilidade, requer acompanhamento periódico, especialmente com relação a aspectos democráticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Jorge. Como vota o Brasileiro. São Paulo, Casa Amarela. 1996.
- ALMOND, G.; VERBA, S. The civic culture: political attitudes and democracy in five nations. Princeton: Princeton University Press, 1989 [1963].
- BORBA, J.; RIBEIRO, E. GIMENES, E. Bases sociais, atitudinais e comportamentais do apartidarismo brasileiro. Revista Novos Estudos CEBRAP, n. 101, mar. 2015b. p. 27-55, 2015.
- BORBA, J.; RIBEIRO, E. A.; GIMENES, E.; CASALECCHI, G. A. Indiferenciação e alienação partidária no Brasil. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, v. 27, p. 105-137, 2018.
- BRAGA, Maria do Socorro; ZOLNERKEVIC, Aleksei. Padrões de votação no tempo e no espaço: classificando as eleições presidenciais brasileiras. Opinião Pública, 2020.
- CAMPBELL, Angus, Philip CONVERSE, Warren MILLER, and Donald STOKES. The American Voter. New York: Wiley. 1960.
- CARREIRÃO, Y. de S. "Opiniões públicas e sentimentos partidário dos eleitores brasileiros". Opinião Pública. Campinas, v. 14, nº 2, pp 319-351, 2008.

CARREIRÃO, Y. de S. "Relevante fatores para a decisão de voto na eleição presidencial de 2002: uma análise da ESEB (Elec Brasileira - estudo toral) Dados". Revista Brasileira de Ciência Política, v. 1, nº 1, pp. 70-101, 2007a.

CARREIRÃO, Y. de S. "Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial em 2006". Opinião Pública, vol. 13, nº 2, p. 307-339, 2007b.

CARREIRÃO, Y. e KINZO, M. D. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002). Dados. Rio de Janeiro, vol. 47, nº 1, 2004.

CARNEIRO, Gamaliel da Silva. Sobre a lógica do voto evangélico no Brasil: filiação religiosa e seu impacto na política brasileira. 2017

CARUANA, N., MCGREGOR, R. M. and STEPHENSON, L. B. The power of the dark side negative partisanship and political behaviour. Canadian Journal of Political Science 48 (4) 771-89. 2015.

DALTON, R. Political Support in Advanced Industrial Democracies. In P. Norris, ed. Critical Citizens: Global support for democratic government. Oxford: Oxford University Press. 1999.

DALTON, Russell. 2000. The decline of party identification. In Russell Dalton and Martin Wattenberg, eds., Parties without Partisans. Oxford: Oxford University Press, 2000.

DALTON, Russell. The Apartisan American. Washington, DC; CQ Press. 2008.

DALTON, R. The Apartisan American: Dealignment and changing electoral politics. Washington, DC: Sage. 2013.

DALTON, Russel. "The Blinders of Partisanship," In in Henrik Oscarsson and Soren Holmberg, eds. Research Handbook on Political Partisanship. London: Routledge, 2020.

DASSONNEVILLE, Ruth.; HOOGHE, Marc. "Indifference and alienation: diverging dimensions of electoral dealignment in Europe". Acta Política, V. 53, n. 51, pp. 1-23, 2016.

DIAS, Audrey K. M. Sentimentos antipartidários e seus determinantes na América Latina em 2012. TEORIA & PESQUISA (ON LINE), v. 27, p. 26-53, 2018.

FAETI, F. V.; GIMENES, E. R.; ROCHA, D. L. . Repensando as dimensões do apartidarismo brasileiro: uma análise das bases sociais, atitudinais e comportamentais do eleitorado. In: II Seminário Discente de Ciência Política da UFPR (SDCP), Curitiba. Parte I - Comportamento, representação e comunicação política, p. 192-219, 2021.

FUKS, Mario; RIBEIRO, Ednaldo e BORBA, Julian. Antipartidarismo e intolerância política no Brasil. Trabalho apresentado no 42º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/329641255_Antipartidarismo_e_intolerancia_politica_no_Brasil.

FUKS, Mario; RIBEIRO, Ednaldo e BORBA, Julian. Do antipetismo ao antipartidarismo generalizado: A força da rejeição aos partidos no voto em Bolsonaro em 2018. Trabalho apresentado no 10º Congresso da ALACIP, Monterrey, 2019.

GIMENES, Éder R.; BORBA, Julian. Apartidarismo y adhesión a la democracia em América Latina. Revista Latino-americana de Opinion Pública, v. 7, p. 63-97, 2020.

GIMENES, É. R. Eleitores, partidos políticos e sistemas partidários: mapeamento do partidarismo na América Latina. In: Fórum Brasileiro de Ciência Política, 4. Niterói, RJ, 2015.

GIMENES, É. R. Eleitores e partidos políticos na América Latina. Curitiba: Appris, 2017.

INGLEHART, R. The Silent Revolution. Princeton: Princeton University. 1977.

INGLEHART, R. Culture shift in advanced industrial society. Princeton: Princeton University, 1990.

JAEGER, Rafaella. Apartidarismo ou apolítica (2002-2018): uma análise sobre o comportamento e as atitudes dos eleitores não partidários. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/16201>>.

KEY, V. O. "A theory of critical elections". The Journal of Politics, vol. 17, nº 1, p. 3-8, 1955.

MAIR, P. "Os partidos políticos e a democracia". Análise Social, vol. XXXVIII, nº 167, p. 277-293, 2003.

MEDEIROS, M.; NOEL, A. "The forgotten side of partisanship: negative party identification in four Anglo-American democracies". Comparative Political Studies, vol. 47, nº 7, p. 1.022-1.046, 2014.

NEVES, L. S. "Preferência partidária na perspectiva do eleitorado brasileiro: mudanças e perpetuidades após as eleições presidenciais de 2002". Monografia em Ciência Política. UnB, Brasília, 2012.

NORRIS, P. Critical Citizens: Global support for democratic government. Oxford: Oxford University Press.] 1999.

NORRIS, P. Political activism: new challenges, new opportunities. In: BOIX, C.; STOKES, S. C. The Oxford handbook of comparative politics. Oxford: Oxford University Press, p. 628-652. 2007.

NORRIS, P. Democratic deficit: Critical citizens revisited. Cambridge University Press, 2011.

PAIVA, D.; KRAUSE, S.; LAMEIRÃO, A. P. "O eleitor antipetista: partidarismo e avaliação retrospectiva". Opinião Pública, vol. 22, nº 3, p. 638-674, 2016.

POGUNTKE, T.; SCARROW, S. "The politics of anti-party sentiment: Introduction". European Journal of Political Research, vol. 29, no 3, p. 257-262, 1996.

RENNÓ, Lucio R.. The Bolsonaro Voter: Issue Positions and Vote Choice in the 2018 Brazilian Presidential Elections. LATIN AMERICAN POLITICS AND SOCIETY, v. Winter, p. 1-23, 2020.

RIBEIRO, E.; CARREIRÃO, Y.; BORBA, J. "Sentimentos partidários e atitudes políticas entre brasileiros". Opinião Pública, vol. 17, no 2, p. 333-368, nov. 2011.

RIBEIRO, E.; CARREIRÃO, Y.; BORBA, J. "Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes". Opinião Pública, vol. 22, nº 3, 2016.

ROSE, R.; MISHLER, W. "Negative and positive party identification in post-communist countries". Electoral Studies, vol. 17, no 2, p. 217-234, 1998.

SAMUELS, David and ZUCCO JR., Cesar. Partisans, anti-partisans, and voter behavior. In: Routledge handbook of Brazilian politics. Edited by AMES, Barry. New York: Routledge. pp.269-289, 2019.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964). São Paulo: Alfa-Ômega. Caps 5 e 6. Págs. 105-168, 1976.

SOUZA, Cleiton Roberto. Religião e política: o mundo evangélico e a geografia do voto. **Revista Espaço e Cultura**, 2015.

Rafaella Lopes Martins Jaeger

Doutoranda em Sociologia Política no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF).

Maria do Socorro Souza Braga

Professora e Pesquisadora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Gabriel Ávila Casalecchi

Professor e Pesquisador do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).